5º Seminário Ibero-americano
ARQUITETURA e DOCUMENTAÇÃO
Belo Horizonte – 24 a 26 de outubro de 2017



O PATRIMÔNIO EDIFICADO EM FLORIANÓPOLIS: o caso dos castelinhos

MICHELS, Bruna

Universidade Federal de Minas Gerais - Escola de Ciência da Informação
brunamichels@hotmail.com

RESUMO

Os antigos sistemas de elevação mecânica para tratamento de esgoto, mais conhecidos por "castelinhos", identificados por sua estética particular e rebuscada são mais do que patrimônio material para a cidade de Florianópolis. São edificações de singular arquitetura e história. Porém, como grande parte do nosso patrimônio, as políticas culturais que tangem essas edificações, assim como tantas outras, esbarram em inúmeras dificuldades para serem colocadas em prática. Além da falta de ressonância e interesse por este patrimônio encontrada na grande parcela da população, assim como nos responsáveis pela tutela do bem, o presente trabalho busca analisar os motivos que levaram essas edificações ao abandono, o sistema de valor e aspectos relativos à memória e ao patrimônio inseridos na atual sociedade, a ação de agentes pontuais engajados em manter a história destes espaços viva e a diferenciação dos níveis de proteção dado aos castelinhos no que diz respeito ao seu tombamento e às políticas de preservação.

Palavras-chave: Castelinhos; Patrimônio; Sistema de Saneamento; Memória.

O PATRIMÔNIO EDIFICADO EM FLORIANÓPOLIS: o caso dos castelinhos[1]

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo desenvolver questionamentos acerca de um bem tombado da cidade de Florianópolis: os sistemas de elevação mecânica para tratamento de esgoto, mais conhecidos como “castelinhos”. Instalados na capital catarinense nas primeiras décadas do século XX – e assim chamados em razão de sua aparência, que faz lembrar pequenas torres de castelos medievais. Este sistema fazia o recolhimento das águas servidas em toda a região central da cidade, levando os dejetos recolhidos até a cabeceira da ponte Hercílio Luz, onde o esgoto era submetido a um processo de tratamento na estação de depuração que ali se localizava (RAMOS, 1986, p.57).

Dos quatro castelinhos colocados em funcionamento em 1916, atualmente restam apenas três, todos instalados na região central de Florianópolis, respectivamente na Praça Fernando Machado, ao lado da praça XV de Novembro, na Praça São Sebastião (também conhecida como “Praça dos Namorados”) e, finalmente, na Praça Celso Ramos [2].

Não é intenção deste trabalho, tomar os castelinhos como ponto de partida para um levantamento completo da evolução do saneamento da cidade ou dos modos de higiene da sociedade da época, mas questionar o papel que cumprem nos dias de hoje, enquanto bens consagrados como patrimônio histórico-cultural. O estudo tem por objetivo analisar aspectos relativos à memória, ao patrimônio e aos sistemas de valor em que os bens culturais se inserem, considerando a sua representatividade para a sociedade atual. Para tanto, o trabalho questiona os significados atribuídos a essas edificações ao longo de sua história, desde o momento da produção (ou construção), como uma ferramenta tecnológica avançada para a época, empregada na administração da cidade, até o momento em que passam a ser colecionados, a partir da década de 1980, como parte do patrimônio local.

Porém, e talvez esse seja o maior questionamento desse trabalho, se essas edificações são tombadas pelo estado e município, se adquiriram com este tombamento um status de bem colecionável, se entraram para o hall de edificações que merecem ser

[1] O presente artigo é o resultado da pesquisa de monografia realizada para a obtenção de título de bacharelado e licenciatura em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da Prof.ª Dr.ª Letícia Borges Nedel.

[2] Verificar mapa de localização dos castelinhos no Anexo A do trabalho.

preservadas pela sua singularidade arquitetônica, por que a sociedade[3] parece não se identificar com os castelinhos e o poder público não demonstra interesse na preservação desse patrimônio? Como e por quais razões vieram a ser tombados? A que interesses individuais ou de grupo o tombamento de dois dos três castelinhos responde? Como e por quais meios aquelas edificações que permanecem bem ou mal conservadas ainda não foram destruídas?

Para responder a essas indagações, procura-se considerar os interesses em jogo, as memórias que se tentou projetar sobre os castelinhos, as concepções de patrimônio que direcionam o tombamento e a pouca "ressonância" desses bens junto à sociedade (GONÇALVES, 2005, p.18).

A metodologia da história oral, importante para o processo de reconstrução de alguns momentos da história dessas edificações, foi empregada na produção de entrevistas com aqueles agentes, de modo a preencher as lacunas deixadas pela documentação escrita, e principalmente pela pouca quantidade de registros a respeito dos castelinhos. Os relatos produzidos também propiciam o contato com as subjetividades de atores envolvidos no processo e na gestão do uso das edificações, permitindo identificar, ao lado dos discursos que defendem a importância desse patrimônio, outros olhares mais críticos. Ressaltamos a importância da história oral para o desenvolvimento deste trabalho, na medida em que permitiu incorporar à sua construção a questão das relações entre a história e memória (FERREIRA, 2002, p. 321).

As tensões entre as formas de representação do passado aparecem nos discursos das pessoas envolvidas no processo de construção, uso e tombamento dos castelinhos. Esse processo é dividido em dois momentos: o período em que ainda detinham a função para a qual foram criados – o de proteger as bombas de esgoto da cidade – e o momento em que perdem a função original e passam a ser colecionados, graças à intervenção de responsáveis pelo nosso patrimônio e por agentes interessados além da esfera pública.

Para poder desenvolver essa discussão e responder aos questionamentos que perpassam a construção do trabalho, o uso de fontes textuais foi também imprescindível, uma vez que estas permitiram desenvolver, junto à biografia histórica, uma biografia técnica dos castelinhos. Vale ressaltar que a construção das fontes da pesquisa foi bastante dificultada pela fragmentação da documentação localizada nos arquivos da Companhia

[3] Percebeu-se que muitas pessoas, inclusive aquelas nascidas em Florianópolis e acostumadas a frequentar o entorno da região onde os castelinhos estão situados, no momento que indagadas sobre o objeto de pesquisa não o identificam como patrimônio e passando por eles frequentemente despercebidas. Algumas não relacionam nem a descrição da edificação ao local em si e muito menos sabem qual era exatamente a utilidade do espaço.

Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF e da Fundação Catarinense de Cultura - FCC. Não foi possível localizar, nas duas primeiras instituições – tampouco no IPHAN/SC – qualquer dossiê mais detalhado relativo aos processos de tombamento. Apenas o processo referente ao tombamento estadual, existente nos arquivos da FCC, serviu de suporte à análise.

SANEAMENTO BÁSICO E SEUS AGENTES. Uma abordagem teórica

Originalmente, os castelinhos formavam uma estrutura física de saneamento com quatro sistemas de recalque [4] (sendo três deles com arquitetura característica e representativa, em formato de castelinho), localizados no centro da cidade de Florianópolis e no seu entorno. No início do século XX a instalação desses equipamentos foi considerada um grande avanço para a sociedade florianopolitana, um marco histórico de seu desenvolvimento. Não havia sistema mais moderno de tratamento de esgoto do que aquele.

Hoje um deles não existe mais. Localizava-se no bairro Agronômica, era o menos decorado deles e o mais distante dos sistemas de elevação mecânica de esgoto (RAMOS, 1986, p.58) [5]. Como indicou Átila Ramos, engenheiro da CASAN e um dos entrevistados para este trabalho, havia uma hierarquia de refinamento na construção dos castelinhos. Quanto mais distante do centro, menos decorado e rebuscado o castelinho era. O mais suntuoso e com mais detalhes era o da Praça XV, depois vinha o da Praça São Sebastião e por último o da Praça Celso Ramos. Pode-se dizer que a ideia de singularidade é uma característica dessas e de outras edificações do período, em que desde os objetos até as construções eram planejadas para terem ornamentos e detalhes únicos [6]. Se ainda existisse o castelinho do bairro Agronômica seria o mais simples, quase um caixote, com linhas retas e sem detalhes (RAMOS, 1986, p.58). O caráter decorativo da construção decaía à medida que ela se afastava do centro da cidade.

Colocados em funcionamento em 1916, e integrando o primeiro sistema de esgoto implantado na capital catarinense, os castelinhos tiveram uma longa vida-útil: mantiveram sua função original até a década de 1990, embora desde meados dos anos 1940 a sua

[4] Recalque, também chamado de adução, significa o simples transporte de água (neste caso o esgoto) de um determinado ponto a outro (geralmente para um local mais elevado) utilizando-se, para tanto, um sistema de bombeamento. Também chamado de sistema adutor.

[5] Sendo o único castelinho construído posteriormente aos demais, quando do aumento da demanda populacional e consequentemente da necessidade por tratamento do esgoto. Não há uma data precisa sobre quando este quarto castelinho foi construído.

[6] Essa prática fazia parte de uma tendência arquitetônica comum na Europa em fins do século XVIII e início do XIX, e que se tornara moda no Brasil no século XIX. Para saber um pouco mais sobre o estilo neoclássico muito utilizado no Brasil em grandes edificações do início do século XIX e XX. Para um aprofundamento maior ver: KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos Arquitetônicos**. 1996.

capacidade já não comportasse mais a demanda. Neste período os primeiros problemas com o equipamento começaram a aparecer. A capacidade do sistema de esgoto ficara comprometida pelo avanço populacional e o serviço de tratamento já não tinha mais como tratar todo o esgoto recolhido. Diante disso, primeiramente optou-se por continuar operando a coleta das águas servidas, mas em vez de encaminhar todo o dejeto para a estação de tratamento, este passou a ser jogado diretamente no mar. Posteriormente, já na década de 1980, outro sistema mais moderno de coleta e tratamento de esgoto foi implantada definitivamente, e este opera até os dias atuais.

Importante ressaltar que durante toda a década de 1960, tanto o Governo do estado como o Governo Federal empenharam-se em firmar parcerias e buscar financiamentos para desenvolver os sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto em Santa Catarina. O Governo Federal, durante o Governo Médice, criou em 1971 a PLANASA – Plano Nacional de Saneamento Básico – com o objetivo de, através de parcerias com os governos dos estados, alcançar a marca, até a década de 1980, de levar a 80% da população urbana água de boa qualidade e a 50% serviços de esgoto (RAMOS, 1991, p.65-66). Com essas parcerias e esse intuito, tratava-se de criar em cada estado uma entidade de cuidasse do saneamento e abastecimento de água. No que se refere à Santa Catarina, o Governo Colombo Salles criou em 02 de julho de 1971 a CASAN, que continua nos dias atuais os trabalhos do antigo DAES (RAMOS, 1991, p.14) tendo como sua missão: “fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, conforto, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável” [7].

A perda da função original dos castelinhos, por conta da instalação de um novo sistema de esgoto implantado na capital, alude a um elemento constituinte das coleções, que são as operações pelas quais se constroem os patrimônios (POMIAN, 1984, p.53). É a partir da perda de sua utilidade que um bem pode vir a ser colecionado ou descartado. Sendo a função original o motivo pelo qual foi criado, é como se o bem morresse, perdesse ou tivesse esgotada, juntamente com sua utilidade, a identidade funcional que possuía. Apenas em alguns poucos casos, como nos indica Krzysztof Pomian, a perda da função ordinária se faz acompanhar da aquisição de um valor de *coleção* contexto em que objetos “inúteis” passam a ser “mantidos temporariamente ou definitivamente fora do circuito das atividades econômica, sujeitos a uma proteção especial” (POMIAN, 1984, p.53).

Unicamente a perda da função original não garante por si só a possibilidade de o bem transformar-se em item de coleção, adquirindo um significado singular. Nos casos de

[7]Disponível em: http://novo.casan.com.br/menu-conteudo/index/url/companhia#400. Acessado em: 04/07/2012.

objetos que não possuam representatividade ou que não se destacam para um determinado grupo ou indivíduo por alguma razão, o destino desses objetos sem função original e sem valor representativo, na maioria das vezes é o esquecimento, descarte ou destruição.

Foi o que aconteceu com o castelinho localizado nos limites do centro com o bairro Agronômica. No caso dos três castelinhos restantes, houve a apropriação dos bens para outra finalidade, uma função diferente daquela atribuída inicialmente, que era a de abrigar o sistema de bombeamento. Atores sociais engajados com a história e o desenvolvimento da cidade atribuíram a eles um valor estético e histórico capaz de legitimar o propósito da não destruição. Uma vez estabelecida esta nova forma de leitura e tratamento, restava prover as edificações de iniciativas para sua conservação e manutenção.

Hoje apenas uma delas recebe manutenção e conservação adequadas: a estação elevatória da Praça Celso Ramos, a única não tombada. O caso da Praça Celso Ramos é um exemplo pontual que encontramos quando buscamos saber dos possíveis modos de relacionamento da população de Florianópolis com o patrimônio cultural da sua cidade. A Associação dos amigos da Praça Celso Ramos - AMAPraça, Associação que cuida da praça Celso Ramos e seu entorno, buscou as providências cabíveis para que o conjunto permanecesse bem cuidado. Neste caso particularmente, a principal razão alegada para o interesse em conservar a praça e o castelinho por parte da Associação, que pressionou a CASAN e Prefeitura de Florianópolis por uma tomada de decisão, é a periculosidade que o abandono da edificação estava trazendo para a região onde está localizado o bem [8]. A preocupação da Associação era mais quanto à segurança do local e o afastamento de indivíduos indesejados, como andarilhos que muitas vezes faziam do castelinho um local de pouso e guarda dos seus pertences, do que com a preservação do patrimônio como objeto histórico. Mais do que manter a integridade física do castelinho, importava a revitalização da praça como um todo, e deste modo os associados trabalharam para modificar a situação em que se achava o castelinho.

Diferente disso, e sem a intervenção de um grupo como os moradores associados a AMAPraça, as estações elevatórias que estão sob responsabilidade unicamente do poder público permanecem abandonadas sem receber o mínimo de manutenção adequada.

[8] Essa preocupação fica evidente tanto nos comentários postados no site da Associação (http://amigosdapraca.com.br/), quanto na fala do diretor da AMAPraça, Sr. Homero Franco, em entrevista concedida em 13/07/2012. Nas duas fontes esse ponto aparece mais de uma vez sendo uma das principais motivações para a recuperação do espaço.

Mesmo tendo havido denúncias [9] do abandono, o fato é que pouco se fez em favor da conservação dessas edificações.

Segundo Igor Kopytoff, o valor dos objetos varia de acordo com a sociedade que os detém e como essa sociedade organiza as relações de troca ou comércio de mercadorias. Essa organização se dá dentro de domínios distintos dos sistemas de valor. Há diferenças dentro do mundo material, não apenas sobre o valor econômico das coisas, mas entre diferentes categorias de coisas.

> O fato de uma coisa ser vendável por dinheiro ou intercambiável por uma grande quantidade de coisas significa ter algo em comum com uma grande quantidade de coisas passíveis de troca que, tomadas em conjunto, compartilham de um único universo de valores comparáveis. Para empregar um termo bem forte, mesmo que arcaico, ser vendável ou amplamente intercambiável é ser "comum" – o oposto do incomum, incomparável, único, singular e, portanto, não trocável por qualquer outra coisa. (KOPYTOFF, 2008, p. 95-96)

Em acordo com a literatura antropológica, pode-se entender a venda como sendo uma troca econômica, descontínua, com um preço estabelecido, enquanto a dádiva é uma troca ritual onde o produto está vinculado a uma relação de reciprocidade, contínua e afetiva, ao invés de ter um valor monetário preestabelecido. Além de objetos presenteados ou vendidos, há outros que "têm sua circulação restringida na forma de 'bens inalienáveis" (KOPYTOFF, 2008, p.17). Todos eles "estão submetidos a um processo permanente de circulação e reclassificação" (GONÇALVES, 2007, p. 27). A mercantilização de um objeto, então, "É mais propriamente entendida como um processo de transformação do que um estado de ser-ou-não-ser" (GONÇALVES, 2007, p. 100). A categoria de valor na qual os objetos são inseridos corresponde a um estágio da sua vida e não necessariamente no que eles se tornarão permanentemente. Os objetos, independente de serem colecionados e trocados por seu valor simbólico, ou comercializados por seu valor de uso (e de mercado), estão na verdade em um estágio do processo de valoração.

Esses bens possuem singularidade, ou, em outras palavras, são dotados de autenticidade, diferentemente do que ocorre com outros bens de valor apenas comercial. Essa singularidade é projetada nos objetos aos quais se atribuem carga afetiva, valor de antiguidade, raridade, enfim, características que o tornam diferenciado, um bem único. As transações acontecem em conformidade com o meio cultural onde se desenvolvem, pois os bens que recebem um valor simbólico ou de mercado sinalizam os espaços sociais onde

[9] Reclamações foram enviadas à Fundação Catarinense de Cultura - FCC, que possui o registro de tombamento da elevatória da Praça XV de Novembro, e à CASAN dona do Imóvel.

esses processos de trocas/vendas acontecem. Não há como atribuir valor àquilo que não conhecemos.

Parece ser isso o que acontece com os castelinhos. Possuem um número muito reduzido de exemplares e mesmo assim, aos olhos da população eles não são um bem sacralizado, pois não lhes foi atribuído pela sociedade um valor sentimental representativo. Verifica-se que um número muito pequeno de pessoas se interessa hoje em dia pela história dessas edificações, ou sabem exatamente para que serviram quando em funcionamento. Talvez a população mais velha, se perguntada sobre o que os castelinhos guardavam, nos fale como era o saneamento da cidade décadas atrás e para que foram construídos os castelinhos, mas os habitantes mais jovens, que já nasceram em épocas de sistema de esgoto atual, não sabem nem onde eles estão situados, nem para que servem ou serviram.

Juridicamente, eles estão contidos no *rol* de edificações tombadas por sua relevância estética, histórica, etnográfica etc., bens que constituem nosso patrimônio. O castelinho da Praça São Sebastião está inscrito no decreto lei 857/95[10] referente ao tombamento do Largo São Sebastião, enquanto o castelinho da Praça XV de Novembro integra a lista de bens tombados do estado, segundo decreto estadual 13.255 [11], constando no Livro do Tombo Histórico. Sendo tombados, integram um grupo seleto de objetos escolhidos para serem preservados por supostamente cumprirem um papel importante na memória da sociedade.

O caso dos castelinhos indica que um tombamento pode muitas vezes possuir importância representativa apenas para poucos indivíduos, mesmo que estes justifiquem a necessidade de preservação nos termos de sua representatividade para a sociedade como um todo, por meio de dispositivos legais de preservação. Assim, sem possuírem nem a mesma utilidade para a qual foram construídos, nem um novo significado que seja compartilhado pela sociedade de uma forma mais abrangente, os castelinhos continuam sendo admirados por um pequeno grupo de agentes que influenciaram e continuam influenciando a história dessas edificações, seja quando encaminharam propostas para nova utilização do espaço, seja apropriando-se delas com o intuito da revitalização e manutenção para a segurança do local em que habitam. Como indica Gonçalves (2005, p.19), mais do que interesse de um grupo por um determinado bem ou objeto preservado, deveria haver ressonância do bem patrimonial entre a população em geral, entendendo-se por *ressonância* seu poder de “evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas de onde eles emergiram”.

[10] Decreto de tombamento 857/96 de 29 de dezembro de 1995. Arquivo do SEPHAN/IPUF.

[11] Decreto n. 31.255 de 31 de dezembro de 1986. Arquivos da FCC.

O BEM PATRIMONIAL E AS INTERVENÇÕES OCORRIDAS

Iniciado o processo de troca do sistema de saneamento, os castelinhos foram desativados. Colocou-se então a questão do que fazer com as edificações, uma vez que as bombas que eles protegiam já haviam deixado de funcionar. Foi assim que, entre as décadas de 1980 e 1990, houve a restauração e transformação do castelinho da praça XV de Novembro.

Por ocasião desta primeira restauração, que data de 1983 e 1984, alguns projetos foram encaminhados a CASAN a fim de manter os castelinhos abertos. O colunista e crítico de arte Osmar Pisani, através do jornal "O Estado", sugeriu transformar o castelinho em uma livraria de títulos estaduais. Beto Stodieck, também colunista, satirizou uma das propostas de transformar o espaço em um local de exposição contando um pouco da história da ilha "O certo seria ativá-lo novamente – e retomar as reais funções renais - [...]. Ou então, à exposição, sim: porém das grandes mijadas já dadas naquele outrora recinto" (RAMOS, 1986, p. 123). A proposta vencedora, afinal, foi a solicitação encaminhada por Átila Ramos, de transformar o espaço em Museu, para que naquele espaço fosse mostrada a história do saneamento de Florianópolis, assim como do castelinho.

A abertura do Museu, que antecede o tombamento do castelinho da Praça XV, foi planejada e posta em prática pelo engenheiro mecânico Átila Ramos como uma forma de manter pelo menos um dos castelinhos remanescentes em uso. Mantendo-o de portas abertas pretendia-se proporcionar o vínculo das pessoas com aquele bem, na medida em que podiam passar a frequentar aquele espaço. Aberto ao público em maio de 1985 nos primeiros meses de funcionamento o museu teria recebido "[...] centenas de visitantes inclusive de outros países em temporada de veraneio, que querem conhecer um pouco da memória do saneamento da antiga DESTERRO" (RAMOS, 1986, p. 123 – 124).

Ainda por ocasião da desativação das bombas – que inclusive foram lacradas naquele momento [12] o castelinho fora totalmente restaurado, desde os azulejos até a cobertura, passando pela sua parte externa, que também recebeu manutenção. "Os trabalhos de restauração tiveram inicio em 02 de setembro de 1983" (RAMOS, 1986, p. 123 – 104) com a equipe de operários da própria CASAN, e duraram "até 07 de novembro de 1984, [sendo que] após esta data foram continuados pela Firma GHISI – Empreendimentos de Construção Ltda, de Florianópolis – SC" (RAMOS, 1986, p. 114).

[12] Entrevista concedida por Átila Ramos em 17/05/2012. Acervo da autora.

Quando em 31 de dezembro de 1986 foi feito o tombamento do castelinho da Praça XV, este ainda funcionava como Museu do Saneamento. Com um acervo diversificado, incluía fotos e equipamentos antigos, torneiras e hidrômetros, assim como documentos, planilhas de gastos, mapas, fotografias etc. relativos a eles. Sua vida, porém, foi efêmera. Não se sabe ao certo uma data precisa para o fechamento do Museu, mas em 1987 ele já encontrava-se desativado [13]. Para Átila Ramos, a explicação para o fechamento do espaço deve-se a que o exercício das atividades culturais era estranho às funções da CASAN, "porque a companhia não é específico dela cuidar do histórico de preservação de bens históricos. Era botar água, esgoto e lixo.. água e esgoto; então a gente fez o possível, mas não deu pra continuar, então o museu foi fechado" [14].

Por volta de seis anos depois do fechamento, era grande o número de reclamações veiculadas pelos jornais de circulação da cidade (como o jornal O Estado), por conta do abandono dos castelinhos. Foi então que se realizou, em 1992, a restauração, que abrangeu, desta vez o castelinho da Praça São Sebastião e Praça Celso Ramos. Muito pouco se tem documentado sobre ela. Encontrou-se nos arquivos do IPUF um manuscrito do Engenheiro responsável pela obra, realizada pela firma Berry Seara, com as primeiras anotações do diário de obra [15].

Anos após o fechamento do Museu do Saneamento, outras ideias surgiram para abrir novamente aquele espaço. Uma delas veio da Empresa Engepool (empresa esta que participou do processo de restauração no ano de 2001) para transformá-lo em floricultura, revistaria ou sorveteria, desta forma, além de darem um uso ao espaço, seria mantida a manutenção da edificação. Na época do encaminhamento, no ano de 2001, estavam sendo realizadas novas obras de restauração, desta vez em todas as três estações de elevação mecânica [16]. Projetos para dar um novo uso às edificações e transformá-los novamente em locais visitados, foram pensados por pessoas influentes na cidade, como o vereador João Antônio Heizen Amin Helou, os colunistas antes citados, os dirigentes da empresa Empepool e de Átila Ramos, que estava estrategicamente situado dentro da CASAN, de onde mantinha contatos com diretores e pessoas influentes da cidade.

[13] Conta Átila Ramos que durante o período em que esteve aberto, o museu foi sendo sucateado. Muitas pessoas pegavam fotografias, mapas para levarem para casa. Roubaram o acervo do Museu até que o mesmo veio a ser fechado. A CASAN não tomou nenhuma providência a fim de punir esses roubos. Entrevista concedida por Átila Ramos em 17/05/2012. Acervo da autora.

[14] Entrevista concedida por Átila Ramos em 17/05/2012. Arquivo da autora.

[15] Manuscrito - Diário de obra da Restauração dos castelinhos da Praça São Sebastião e Praça Celso Ramos. Arquivo do IPUF.

[16] O encaminhamento da empresa Engepool realizou-se em 22 de agosto de 2001 e encontra-se hoje no Arquivo da CASAN. Não encontramos, porém, nos arquivos consultados resposta a este encaminhamento.

Em 2007, Átila Ramos encaminha à CASAN a sugestão de tornar o castelinho um “espaço de mini-exposições”, a qual foi recusada pelo setor jurídico sob a alegação da falta de vínculo dessas atividades – tanto as de finalidade cultural quanto comercial – com as atribuições técnicas da companhia. Entretanto nenhuma das propostas foi, portanto, posta em prática, em função da disposição legal do Tribunal de Contas, de que as atividades realizadas nos espaços teriam que ter ligação com as atividades originais dos castelinhos.

De um ponto de vista elitizado, na maioria das vezes, e pautados por interesses particulares, sejam das instituições onde trabalham, ou mesmo de seus interesses e gostos pessoais, que dividem entre si durante discussões, a memória de um bem vai sendo construída e valorizada. A partir daí e graças à atuação desses grupos, que se torna possível assegurar a preservação dos castelinhos, certificados pelo tombamento como um bem coletivo, ou seja, de toda a sociedade.

A ressonância aqui acontece em um número mínimo de atores sociais, estrategicamente posicionados nos meios institucionais e na mídia. Sobre isso, é significativo que Átila, ao defender a causa dos castelinhos como lugares da memória do saneamento, tenha de certa forma, atuado na contramão dos interesses institucionais da CASAN, que nunca os valorizou da mesma forma, nem priorizou politicamente a elaboração de sua própria memória. É o que indica o desinteresse com a manutenção das edificações, as tentativas de transferir a responsabilidade sobre os bens de sua propriedade para outras instâncias e a própria despreocupação com registrar, por meio de uma gestão documental consolidada, a história dos castelinhos, os detalhes da sua arquitetura retratada por vários artistas locais (podemos encontrar registros artísticos dos castelinhos nas obras de Aldo Beck, Átila Ramos, Aldo Nunes, Domingos Fossari entre outros) de sua importância para o desenvolvimento do saneamento básico catarinense.

O que muitas vezes observamos é que enquanto os agentes interessados neles, por poucos que fossem, estiveram inseridos dentro de estruturas do governo, em nível estadual ou municipal, eles puderam exercer influência sobre o devir desses bens, sobre as transformações físicas e simbólicas deste patrimônio. Como é o caso das restaurações implementadas por Átila Ramos durante a sua permanência no órgão CASAN. Após a sua aposentadoria, nenhuma outra intervenção foi realizada nas edificações.

O fato é que temos bens tombados, que detêm uma história digna de ser preservada e que infelizmente estão esquecidos, abandonados. Poucas são as demonstrações de preocupação por parte da Prefeitura e do Governo do estado, que deveriam zelar pela manutenção e preservação de bens como os castelinhos, aprovando mais projetos de

recuperação e facilitando as tramitações desses projetos para aquisição de materiais e mão de obra especializada [17]. São conhecidas as dificuldades que setores culturais como a FCC, SPHAN/IPUF e tantos outros enfrentam, tendo sempre muito o que fazer com poucos recursos, afora os problemas diários e as implicações políticas dos processos de conservação e uso de bens culturais, mas isso já seria trabalho para outra pesquisa.

Isso vale para toda e qualquer obra, edificação, objeto, enfim qualquer que seja a questão patrimonial que envolva setores políticos, sociais, econômicos, artísticos e intelectuais. Há para cada exemplo que viermos a citar e questionar, um fato social total que engloba todos esses setores. Há muitas coisas por trás de uma edificação como os castelinhos, muitos questionamentos a serem respondidos, visto que estamos lidando com os interesses de instituições diversas e essas vão agir de acordo com as suas prioridades. Esses, também serão influenciados pelo momento histórico pelo qual a instituição ou agente social está passando, quando da tomada de decisões como tombamentos ou restaurações. É preciso tomar cuidado com todos esses fatores que estão diretamente ligados a um bem cultural, tombado ou não, quando fazemos sua análise histórica em uma pesquisa, para não reproduzirmos de forma pouco crítica em nossa produção, discursos que refletem interesses específicos. Há toda uma conjuntura que deve ser levada em consideração quando nos questionamos sobre um objeto patrimonializado.

Por essa relativa desimportância como bem patrimonial, os castelinhos não se constituíram em um “lugar de memória” para a sociedade, embora essas pequenas edificações tenham sido “adotadas” por sua singularidade, só obtiveram o status de objetos sacralizados aos olhos de poucos agentes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos pontos expostos acima, podemos tentar responder a uma indagação feita no início das discussões deste trabalho: sendo um sistema que foi construído na mesma época e com o mesmo objetivo, operando em sistema e não separadamente, por que os castelinhos recebem tratamentos distintos enquanto patrimônio da cidade?

O estado atual dos castelinhos, e sua inserção específica dentro de um sistema mais amplo de valores, é, na prática, o resultado de uma série de políticas sem continuidade. Para a CASAN, não haveria nenhuma intervenção conservativa se não fossem as iniciativas por parte de Átila Ramos, pois para a empresa essas edificações perderam sua função. Já

[17] Não me refiro aqui, somente a manutenção necessária aos castelinhos enquanto bem preservado, mas a todas as outras edificações que encontramos na cidade que precisam de verbas vindas desses projetos para o encaminhamento de seus projetos de restauro.

para os órgãos responsáveis pelo registro desses bens no *rol* das edificações de representatividade, somente a evolução do pensamento e das análises sobre a importância dos patrimônios não monumentais puderam dar a estas edificações significados anteriormente não encontrados quando do seu tombamento.

O que podemos observar ao operar o conceito de *coleção* formulado por Pomian (1984, p. 74) foi que os castelinhos não se enquadram perfeitamente nos critérios elencados pelo autor, quando aborda a função representativa dos objetos semióforos. Sem fazerem parte de um conjunto representativo e nem possuir mais seu valor utilitário, eles se tornaram "desperdícios" (POMIAN, 1984, p.72). Tornaram-se patrimônios, mas não acompanharam um projeto de tombamento de conjunto ou de referência significativa, se analisados pelo sistema que operavam. Resultado disso é ter cada um dos castelinhos inserido em um círculo de proteção distinto.

Levando em conta o atributo de singularidade analisado por Kopitoff (2008, p. 95) pode-se dizer que tais edificações não detém, senão para alguns indivíduos diretamente interessados em fazer deles monumentos, o atributo da singularidade. Enquanto para Átila Ramos [18], eles tornaram-se um elemento de extrema importância para o conjunto de bens patrimoniais da cidade, passíveis de proteção e manutenção, para a grande maioria da população essa "singularidade" não é visível.

A falta de ressonância, como pontua Gonçalves (2005), e de ações efetivas para tornar este sistema um patrimônio, o fato de seu tombamento ter sido imposto de cima para baixo, como parte de uma da política vertical de salvaguarda e a prevalência de interesses pessoais de agentes particulares neste percurso de transformação de um bem que perdera a função ordinária de escoar esgoto, respondem parcialmente a esta indagação, dada necessidade de inserir neste repertório de motivos também o momento histórico pelo qual cada agente responsável por esta transformação, passava.

No que se refere à metodologia para a construção deste trabalho, as entrevistas foram de grande importância e responderam a questionamentos que as fontes documentais não me forneceram. Os preâmbulos e caminhos pelos quais, cada entrevistado passou e a construção de sua história dentro do seu grupo social, mostrou-me as singularidades dos agentes, e suas iniciativas, dando ao trabalho um novo referencial. Além das visões técnicas e institucionais, podemos perceber na fala dos membros da AMAPraça a voz representativa de um grupo também restrito, voltado a satisfazer os seus interesses do ponto de vista

[18] Temos que nos lembrar que estas edificações fazem parte de um sistema de esgoto e que Átila Ramos durante toda a vida trabalhou em prol deste serviço na CASAN, tornando a proximidade com eles elementos de memória da CASAN um fator a ser considerado quanto a sua identificação com os castelinhos.

social, moral, econômico e memorial em nome de sua região. Da mesma forma, o depoimento de Átila Ramos, talvez o agente mais influente no processo de tombamento dos dois castelinhos, contribuiu para preencher as lacunas da documentação escrita, permitindo lançar um pouco de luz sobre o passado encoberto dessas edificações.

REFERENCIAS

BRASIL. Decreto municipal de tombamento n° 857/96 de 29 de dezembro de 1995. **Determina o tombamento do Largo São Sebastião por sua importância histórica, estilística e etnográfica.**

BRASIL. Decreto municipal n°. 31.255 de 31 de dezembro de 1986. **Determina o tombamento e registro no Livro do Tombo Histórico de Bens Culturais em nível estadual.**

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral.** Revista *Topoi*, Rio de Janeiro, dez. 2002, p. 314-332.

GONÇALVES, José Reginaldo S. **Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios**. Horizontes Antropológicos. ano. 11, n. 23, Porto Alegre, jan./jun. 2005. p. 19.

_____. O Espírito e a Matéria: o patrimônio cultural como categoria de pensamento. In: GONÇALVEZ, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos Objetos: coleção, museus e patrimônios**. 1. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007. p. 107-116. 256 págs.

RAMOS, Átila. **Memória do Saneamento Desterrense**. Florianópolis: Editora CASAN, 1986. 168 págs.

_____. **Saneamento básico catarinense**: história dos fatos relacionados ao saneamento básico catarinense. Florianópolis: IOESC, 1991. 108 págs.

KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos Arquitetônicos**. Trad. Neide Luzia de Rezende. 2º.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 229 pags.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun (org.). **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural.** Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

Informações sobre a CASAN. Disponível em: <http://novo.casan.com.br/menu-conteudo/index/url/companhia#400>. Acesso em: 04 jul. 2012.

Informações sobre o IPUF. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/ipuf/>. Acesso em: 21 maio. 2012.

Site da Associação Amigos da Praça Celso Ramos. Disponível em: <http://amigosdapraca.com.br/>. Acesso em: 02 maio. 2012.

Informações sobre a Diretoria de Patrimônio Cultural do Estado. Disponível em: <http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/>. Acesso em: 28 ago. 2012.

Imagem do mapa com a localização dos estações de tratamento de esgoto de Florianópolis. Disponível em: <http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/25_02_2011_15.22.02.f0d8843b7c5a2a20d72bb69ac7bb9909.pdf> . Acesso em: 15 jul 2012.

ENTREVISTAS

RAMOS, Átila A. 68 anos. Depoimento, maio de 2012, Centro, Florianópolis. Entrevistadora: Bruna Michels. Acervo da autora.

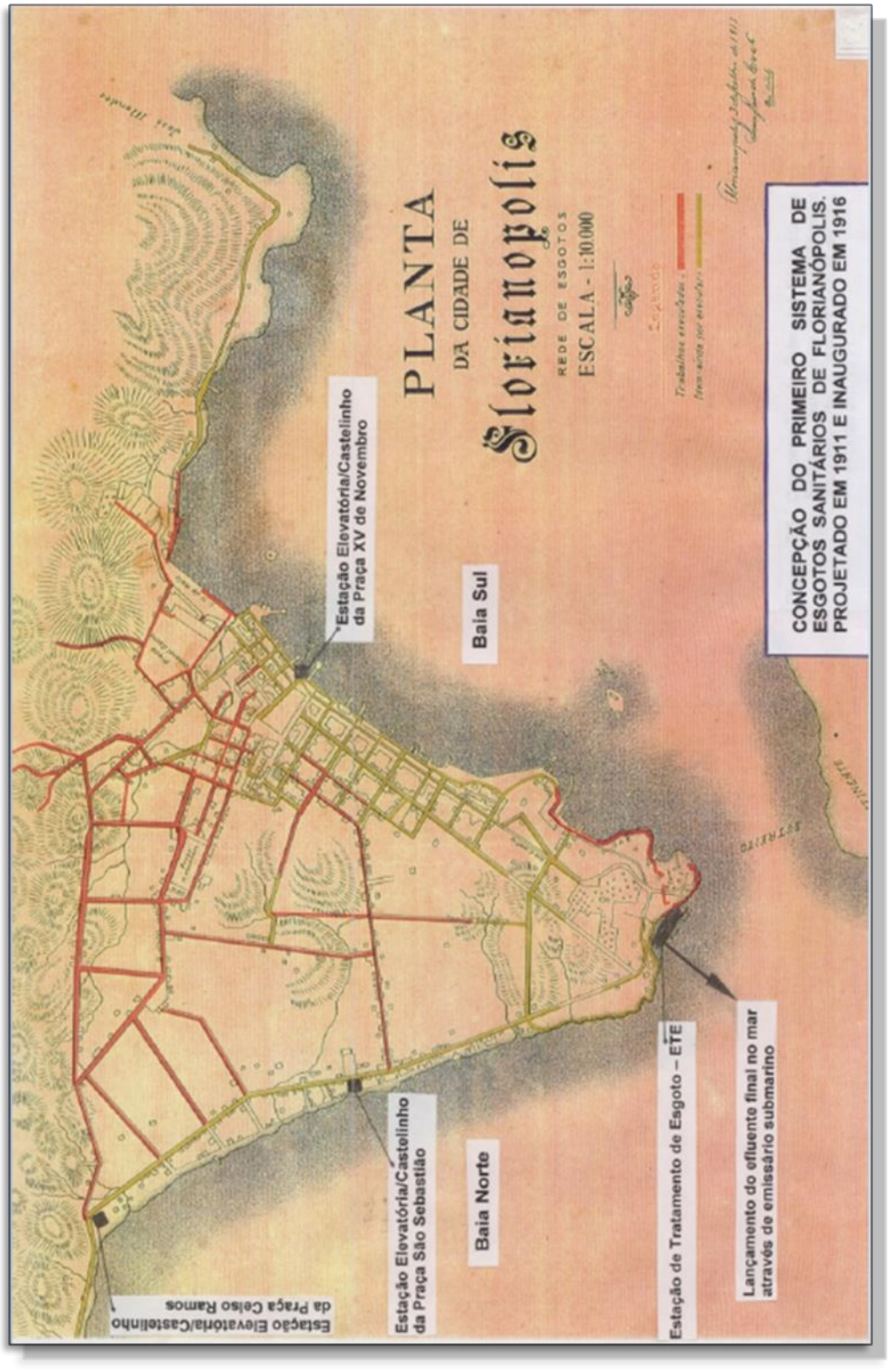
ALTHOFF, Fátima Regina. 54 anos. Depoimento, junho de 2012, Agronômica, Florianópolis. Entrevistadora: Bruna Michels. Acervo da autora.

FRANCO, Homero. Depoimento, julho de 2012, Centro, Florianópolis. Entrevistadora: Bruna Michels. Acervo da autora.

ANEXOS

ANEXO A

Mapa mostrando a implantação do sistema de recolhimento de esgoto. As três estações mecânicas indicadas pelos quadradinhos. Mapa no arquivo do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico do município de Florianópolis/SC.



ANEXO B

Restauração do Castelinho da Praça XV de Novembro 2001.
Fotografia pertencente ao acervo pessoal de Átila Ramos.



ANEXO C

Restauração do Castelinho da Praça São Sebastião 2001.

Fotografia pertencente ao acervo pessoal de Átila Ramos.



ANEXO D

Restauração do Castelinho da Praça Celso Ramos 2001.

Fotografia pertencente ao acervo pessoal de Átila Ramos.

